



Prefeitura de Pedra Branca – CE
Professor Polivalente - PEB I

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	1
Argumentação.	3
Pressupostos e subentendidos.	13
Níveis de linguagem.	14
Ortografia e acentuação.	16
Articulação do texto: coesão e coerência. Equivalência e transformação de estruturas.....	19
Classes de palavras.	21
Sintaxe. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.....	33
Discurso direto e indireto.	38
Tempos, modos e vozes verbais.	42
Flexão nominal e verbal.	43
Concordância nominal e verbal.	54
Regência nominal e verbal.	56
Ocorrência da Crase.	59
Pontuação.	60
Exercícios.....	64
Gabarito.....	77

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios.....	1
Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.....	2
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal.....	12
Raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	13
Exercícios.....	13
Gabarito.....	25

SUMÁRIO



DIDÁTICA

Educação, escola, professores e comunidade.....	1
Papel da didática na formação de educadores.	18
A revisão da didática.	23
O processo de ensino. Os componentes do processo didático: ensino e aprendizagem.	24
Tendências pedagógicas no Brasil e a didática.	28
Aspectos fundamentais da Pedagogia.	32
Didática e Metodologia.	34
Disciplina, uma questão de autoridade ou de participação?	34
O relacionamento na sala de aula.....	39
O processo de ensinar e aprender.	43
O compromisso social e ético dos professores.	43
O currículo e seu planejamento.....	45
Teorias do currículo.	59
O Projeto Pedagógico da escola.	62
O Plano de Ensino e Plano de Aula. O planejamento escolar: importância. Requisitos gerais.	71
Relações professor aluno: a atuação do professor como incentivador e aspectos socioemocionais.....	85
Os conteúdos de ensino. A relação objetivo-conteúdo-método.	89
Avaliação da aprendizagem. Funções da avaliação. Princípios da avaliação.	91
Superação da reprovação escolar.....	102
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96, de 20/12/96. Do Ensino Fundamental. Da Educação de Jovens e Adultos. Da Educação Especial	103
A LDB e a formação dos profissionais da Educação.....	128
Temas contemporâneos: bullying.....	129
o papel da escola	136
a escolha da profissão.....	136
Acesso, permanência com sucesso do aluno na escola.	137
Gestão da aprendizagem.	137
Planejamento e gestão educacional.	139
Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.....	139
O professor: formação e profissão.	143
História da Educação Especial no Brasil e no mundo.....	146
Deficiência auditiva, visual, mental, físicas.	146
Exercícios.....	154
Gaabrigo.....	162

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Diferentes concepções de educação e didática. As diferentes concepções de educação. A importância da educação como processo de mudança.	1
Origem e concepção de didática. A didática e a formação do profissional da educação.....	12
Contexto da instituição escolar. Escola: local de trabalho docente e processo de ensino.	12
Conceituação de ensino e aprendizagem. O papel do professor no processo de ensino e aprendizagem.....	15
A formação do professor na sociedade. Profissão docente: compromisso e ética.	15
O aluno: sua dimensão cognitiva, socioeconômica, afetiva e cultural.	18
Revendo o espaço da sala de aula (espaço de “interações”).	22
Diferentes concepções sobre ensinar e aprender.	23
Trabalhando com projetos.	24
O professor e a utilização das novas tecnologias educativas.	25
Gestão do espaço e do tempo na escola.	27
Relações entre professor e aluno na sala de aula (inclusive aspectos étnico-raciais). .	29
Organização curricular da escola.	35
O planejamento como instrumento de ação educativa.	38
Um plano de aula e seus componentes.	42
A utilização de jogos como ferramenta de trabalho pedagógico.	48
Construção da autonomia do aluno.	53
A avaliação como processo de construção do conhecimento.	55
Avaliações externas SPAECE/SPAECE alfa. ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização). Prova Brasil / Provinha Brasil.	58
Processos de alfabetização. PAIC. PNAIC. GEEMPA.	61
Educação infantil. Processos de desenvolvimento e aprendizagem nos seis primeiros anos de vida, de acordo com Piaget, Vygotsky e Wallon.	64
Concepção de criança, infância e educação infantil: evolução histórica.	73
Organização do espaço, do tempo e dos materiais para a educação da criança.	77
Função atual da educação infantil: educar e cuidar, ações indissociáveis na formação pessoal e social da criança na creche e na pré-escola.	80
O papel da linguagem, da arte, do brincar e do movimento nos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.....	84
A leitura e a escrita na educação infantil: a importância da experiência com os diversos gêneros para o desenvolvimento da linguagem.....	85
O currículo na educação infantil: linguagens corporal, oral e escrita, desenho, música, movimento, conceitos lógico-matemáticos, conceitos sobre o mundo natural e socio-cultural, objetivos e atividades.	85
Princípios e características da avaliação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.	91

SUMÁRIO



Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão.....	94
A didática e o processo de ensino e aprendizagem.....	95
Exercícios.....	95
Gabarito.....	105

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Lei nº 9.394/1996 e suas alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	1
Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	30
Constituição da República Federativa do Brasil (do art. 205 ao 214).....	103
Emenda Constitucional nº 53/2006	108
Decreto Federal nº 5.154/2004 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).....	111
Lei nº 11.114/2005.....	113
Lei nº 11.274/2006.....	114
Lei Nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (novo FUNDEB).....	115
Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021, promoveu, no final do ano, diversas modificações na Lei nº 14.113/2020 (novo FUNDEB)	139
Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014(Aprova o Plano Nacional de Educação).	143
Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular).....	146
Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – A escola no contexto das diferenças.....	161
Exercícios.....	161
Gabarito.....	165

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)



A instituição escolar na sociedade contemporânea

A educação tem a finalidade de promover a formação de pensadores, a finalidade de educar a emoção e de expansão e desenvolvimento da inteligência. A análise aqui apresentada é embasada em pesquisa bibliográfica e parte da premissa de que a escola é uma instituição responsável pela produção de um bem ou serviço imprescindível à sociedade.

O produto da escola ou o resultado do serviço é o sujeito educado, dotado de competência técnica, comprometimento social, com conhecimento dos pressupostos científicos, enfim dotado de condições de intervir qualitativamente na realidade, e exercer sua cidadania.

Esses são requisitos que a sociedade contemporânea exige da escola. Mas será que a escola está desenvolvendo nos sujeitos as aptidões necessárias para intervir na realidade? Como é avaliado o resultado do serviço prestado pela escola? Frente a estes questionamentos se eleger uma problemática primordial: A função da instituição escolar de hoje corresponde aos anseios da sociedade de hoje? Estas indagações permeiam o presente Artigo e a busca por respostas levaram a empreender a análise da conjuntura educacional com foco na escola pública e a proposição de alternativas para a busca pela excelência na educação.

A educação e a Instituição Escolar

“A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos” (SAVIANI, 2000, p 15). Afirmar isso significa dizer que para se compreender a natureza da educação precisamos compreender a natureza humana.

O humano distingue-se dos demais seres vivos pela sua capacidade de adaptar a natureza a si, transformando-a, enquanto os demais seres vivos adaptam-se a ela. O humano precisa produzir a todo instante sua existência enquanto os demais seres vivos, adaptando-se, têm sua existência garantida.

Por isso o ser humano é o único ser histórico, pois apenas ele vive em perpétua transformação, pelo passado que guarda na memória e pelo projeto do futuro. Sua unidade existencial o torna único e insubstituível. Segundo Kant, “é o único ser cuja existência é um valor absoluto, é um fim em si e não um meio para outras coisas”.

Ao transformar a natureza o humano produz trabalho e é o trabalho que o diferencia, a partir do momento em que planeja a ação e tem consciência desse ato. O humano é, portanto criador de sua própria “humanidade”.

O humano não se contenta apenas com a satisfação das necessidades naturais. Além de sobreviver ele deseja estar bem. Por isso busca sempre novos objetivos que vão além da satisfação das necessidades naturais.

Tornamo-nos humanos pela educação. É pela educação que aprendemos a ordenar o mundo, apreendemos as verdades da comunidade, enfim, nos socializamos, ou seja, adquirimos uma forma de pensar, falar, agir, segundo os ditames da cultura em que estamos inseridos. Apesar de acharmos que nossas posturas são naturais na verdade tudo o que somos é apreendido ao longo da nossa existência.

Como afirma RODRIGUES (1992, p 39) “A educação é do tamanho da vida. Não há começo. Não há fim. Só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação, ela terá que ser descoberta no meio da travessia”.

Assim faz sentido afirmar que a educação começa já na concepção, continua após o nascimento e vai pelo resto da vida. Implica, portanto um constante reeducar-se e uma permanente auto-educação. Aprendemos a sermos humanos através do convívio com os demais membros da nossa comunidade.

Tanto é verdade que crianças que foram perdidas ou abandonadas na selva em tenra idade não aprenderam a ser seres humanos, desenvolveram andar quadrúpede, dentes mais pronunciados, não falavam, apenas uivavam e grunhiam. Nada aprenderam e com o contato com a sociedade, quando levadas ao convívio social, na adolescência, logo morreram, as que chegaram a idade adulta não conseguiram um desenvolvimento pleno. É, portanto pelo processo educacional primário que nos tornamos seres humanos.



— Principais Concepções de Educação

É necessário que todo educador possua uma ideia clara de educação, contudo, tal conceito não é definido numa única perspectiva, mas sim em várias, dependendo sobretudo da base psicológica de apoio ou do tipo de aprendizagem. Pode ainda ser definido em sentido amplo e estrito¹.

A educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, no sentido estrito, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. O sentido amplo abrange a educação ao longo da vida do ser humano, enquanto, o sentido estrito corresponde às ações educativas que ocorrem na sala de aulas entre o professor e os alunos.

Dentre as várias perspectivas da concepção de educação, evidenciam-se três fundamentais cuja classificação tem como critério a forma como se dá a aprendizagem, seja ela por recepção, por autoconstrução ou por construção guiada. Tais formas por sua vez se alicerçam respectivamente nas teorias psicológicas comportamentalista (Skinner), humanista (Rogers) ou psico – construtivista (Piaget) e sócio – construtivista (Vygotsky).

Os fundamentos psicológicos da educação constituem o ponto de partida em que se deduzem uma determinada teoria de ensino e sua prática consequente, eles governam todo o processo de ensino, implicando a necessidade de encaixar de forma justa e coerente teorias de aprendizagem e prática pedagógica. Para que o ensino seja uma técnica fundamentada, a prática docente necessita uma explicação científica, e esta explicação a oferece a Psicologia.

A teoria de aprendizagem explica o processo que segue o sujeito que aprende. Descobrir este processo implica uma certa normatividade para o ensino. Pelo que ademais tem uma importância fundamental a explicação do processo já que na educação os processos são mais importantes que os resultados.

As Aprendizagens podem ser classificadas segundo o grau de planificação e estruturação da informação em:

• **Receptiva:** O aluno recebe a informação previamente estruturada pelo professor, deste modo, o professor é o único que tem a responsabilidade de investigar e estruturar a matéria, elaborando resumos que posteriormente fornece aos seus alunos. Tal como o seguinte esquema:

$$P \text{ (professor)} + M \text{ (matéria)} \xrightarrow{\text{transmissão}} A \text{ (aluno)}$$

• **Por descoberta autônoma:** O aluno é quem investiga e estrutura a informação com facilitação do professor, enfatiza-se apenas a interação entre o aluno e a matéria. O conhecimento é concebido como resultado da ação que se passa entre o sujeito e um objeto, mas resulta da interação entre ambos. Pode ser representado no esquema abaixo:

$$A \text{ (aluno)} + M \text{ (matéria)} \xleftarrow{\text{facilitação}} P \text{ (professor)}$$

• **Por descoberta guiada:** O aluno é quem investiga e estrutura a informação com mediação do professor, enfatiza-se tanto a interação entre o aluno e a matéria, como a interação social entre o aluno e o professor ou colegas, o que pode ser esquematizado da seguinte forma.

$$A \text{ (aluno)} + M \text{ (matéria)} \xleftarrow{\text{mediação}} P \text{ (professor)}$$

¹ REGO, Amancio Mauricio Xavier. EDUCAÇÃO: concepções e modalidades. SCIENTIA CUM INDUSTRIA, V. 6, N. 1, PP. 38 — 47, 2018.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)